

«Romarias como ideologia e representação da identidade local: crenças e formação do património simbólico e popular»

PAULO BARROSO

Resumo: No concelho de Guimarães, milhares de pessoas “alimentam”, durante todo o ano e desde tempos ancestrais, a chama de uma tradição que é, também, a de uma identidade, mediante a realização de manifestações religiosas colectivas que evidenciam a peculiaridade histórica, social e cultural quer da região do Minho quer das suas gentes. Como acontecimentos de envolvente simbolismo e de multifacetada expressividade de uma identidade local e colectiva, apesar de apresentarem denominadores comuns, as romarias são fenómenos que caracterizam e determinam, principalmente, o património histórico-cultural de Guimarães. Património também religioso e popular, que se traduz em festas (não necessariamente patronais, de freguesia ou de paróquia), capazes de aglutinar indivíduos provenientes de diferentes locais, alguns distantes (como os emigrantes), em idênticos rituais de culto num espaço sagrado comum e mediante a partilha e compreensão acordada de símbolos. Como enquadrar e compreender este património ideológico e, acima de tudo, intangível?

1. INTRODUÇÃO: APURAMENTO DE “ROMARIA”

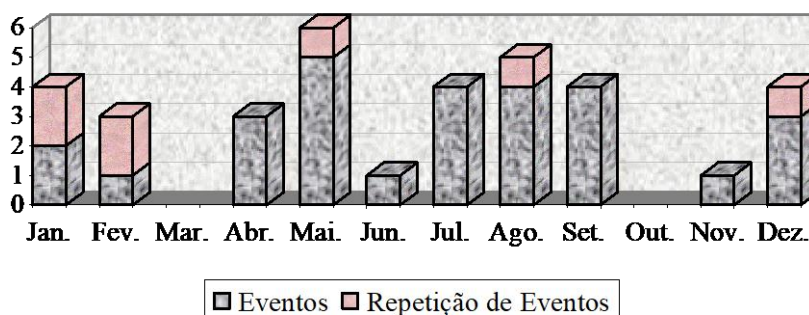
Uma romaria define-se por uma jornada de devoção de fiéis em deslocação, por motivos religiosos, a um lugar considerado sagrado, onde realizam-se actos festivos que congregam as pessoas vindas de diversas localidades mais ou menos distantes e que podem compreender cerimónias, práticas, motivações e estados de espírito diversos que resultam no pagamento de promessas, a celebração da missa, a procissão, a oração, a caminhada, a penitência (parte dos actos religiosos), e a diversão, a dança, o comércio, o consumo, a mendicidade, a progalidade, o descanso, a competição pelo prestígio, o ajuste de contas, o namoro, a comensalidade, o reencontro, as conversas ou a assistência (parte dos actos profanos). As romarias pertencem à tradição que parte do pressuposto fundamental de que a divindade exerce, em determinado lugar, influxos e benefícios especiais para os que o visitam.

Apesar de nos atrevermos a apresentar uma definição de romaria, devemos sublinhar o perigo que acarreta a sua transposição e conseqüente aplicação na prática. Perigo associado, muitas vezes, na distinção entre as festas romeiras e as patronais, de freguesia ou de paróquia. Apesar de falível, pode servir como indicador de uma romaria o facto de se celebrar um santo que não é o orago do lugar. Assumindo a inerente dificuldade em rotular um evento por romaria, devemos considerar a existência de algumas concorridas romarias em Guimarães onde o orago da freguesia empresta o nome à dita freguesia, mas não ao próprio evento, o mais importante e efusivamente celebrado, que serve para honrar outro santo. Este facto apenas não ocorre em três eventos; São Torcato, na vila com o mesmo nome, São Tiago, em Ronfe e São Martinho, em São Martinho de Candoso. Nestas três freguesias, o padroeiro dá nome ao local e constitui a maior e mais importante celebração.

2. PANORAMA ROMEIRO DO CONCELHO DE GUIMARÃES

Ao longo do ano, tem lugar no concelho de Guimarães, em cada uma das suas 68 freguesias, uma sucessão de celebrações populares de religiosidade a que se atribui o nome de romaria, por consistir na deslocação a um lugar considerado sagrado para cumprir ou efectuar uma promessa, venerar a imagem ou a relíquia de um santo ou de uma entidade sobrenatural (a Virgem ou Cristo) que no espaço é objecto de culto, participar na tradição religiosa e popular, interagir num acontecimento quotidiano ou, simplesmente, orar.

Gráfico 1: Distribuição Anual das Romarias no Concelho de Guimarães



Além da ocorrência dos eventos em si, como o dia litúrgico de São Brás que fundamenta a correspondente romaria em honra de São Brás, por exemplo, um mesmo

evento pode suscitar a sua repetição por mais freguesias. Temos o exemplo das romarias em honra a São Brás que decorrem, no mesmo dia, nas freguesias de São Jorge de Selho, São Paio de Figueiredo e São Lourenço de Sande. Um mesmo evento, portanto, dá azo a três romarias alusivas ao mesmo santo, à mesma hora e no mesmo concelho de Guimarães. As romarias, como festas cíclicas cuja principal função é assinalar os ritmos temporais medidos entre o tempo de festa e o tempo de trabalho (Reboredo, 1999: 264), marcam os momentos mais importantes do ano. Segundo o Gráfico 1, é curioso registar que no período da Quaresma, normalmente em Março, e no período de maior actividade agrícola, em Outubro e Novembro, não se verificam romarias.

Por outro lado, quatro picos são assinaláveis: Janeiro, início do ano e na continuidade das festas natalícias; Abril e, principalmente, Maio, tempo de Páscoa; os três meses de Verão, coincidentes com a maior disponibilidade das pessoas e com a vinda dos emigrantes da terra; e Dezembro, já referido como o mês das festas religiosas.

Tabela 1: Calendário das Romarias em Guimarães

EVENTO	DATA	LOCAL	PADROEIRO
SANTO AMARO	15 DE JANEIRO E DOMINGO SEGUINTE	MASCOTELOS	São Vicente
SANTO AMARO	15 DE JANEIRO	AROSA	Santa Marinha
SÃO SEBASTIÃO	DOMINGO APÓS 20 DE JANEIRO	CERZEDO	São Miguel
SÃO SEBASTIÃO	DOMINGO APÓS 20 DE JANEIRO	FERMENTÕES	Santa Eulália
SÃO BRÁS	DOMINGO APÓS 3 DE FEVEREIRO	SÃO JORGE SELHO	São Jorge
SÃO BRÁS	DOMINGO APÓS 3 DE FEVEREIRO	FIGUEIREDO	São Paio
SÃO BRÁS	DOMINGO APÓS 3 DE FEVEREIRO	SÃO LOURENÇO DE SANDE	São Lourenço
SANTA APOLÓNIA	2ª FEIRA DE PÁSCOA	SILVARES	Santa Maria
SENHORA DA LUZ	DOMINGO APÓS A PÁSCOA	CREIXOMIL	São Miguel
SENHORA DO BOM DESPACHO	DOMINGO DE PASCOELA	GOMINHÃES	São Pedro
SENHORA DOS REMÉDIOS	2º DOMINGO APÓS A PÁSCOA	BARCO	São Cláudio
SENHORA DOS REMÉDIOS	2º DOMINGO APÓS A PÁSCOA	SÃO LOURENÇO DE SANDE	São Lourenço
MADRE DEUS	2º DOMINGO APÓS A PÁSCOA	AZURÉM	São Pedro
FESTA DAS CRUZES	1º DOMINGO APÓS 3 DE MAIO	CERZEDELO	Santa Cristina
ROMARIA PEQUENA DE SÃO	15 DE MAIO	SÃO TORCATO	São Torcato
SENHORAS DO MONTE	ÚLTIMO DOMINGO DE MAIO	CERZEDELO	Santa Cristina
ROMARIA GRANDE SÃO TORCATO	1º DOMINGO DE JULHO	SÃO TORCATO	São Torcato
RONDA DA LAPINHA	3º DOMINGO DE JULHO	CAL VOS	São Lourenço
SENHORA DO CARMO	3º DOMINGO DE JULHO	COSTA	Santa Marinha
SÃO TIAGO	25 DE JULHO E DOMINGO SEGUINTE	RONFE	São Tiago
MARIA MADALENA	29 DE JULHO	LONGOS	Santa Cristina
SÃO GUALTER	1º FIM-DE-SEMANA DE AGOSTO	GUIMARÃES – SÃO SEBASTIÃO	São Sebastião
SÃO ROMÃO	DOMINGO ANTES DA ASSUNÇÃO	SÃO SALVADOR DE BRITEIROS	Divino Salvador
SENHORA DA OLIVEIRA	14 E 15 DE AGOSTO	GUIMARÃES – N. SRA. OLIVEIRA	Sra. da Oliveira
SÃO BARTOLOMEU	DOMINGO APÓS 24 DE AGOSTO	SÃO MARTINHO DE CANDOSO	São Martinho
SÃO BARTOLOMEU	DOMINGO APÓS 24 DE AGOSTO	CERZEDELO	Santa Cristina
SANTO ANTONINO	1º DOMINGO DE SETEMBRO	MESÃO FRIO	São Romão
SENHORA DA PENHA	2º DOMINGO DE SETEMBRO	COSTA	Santa Marinha
SÃO MATEUS	DOMINGO APÓS 21 DE SETEMBRO	GONÇA	São Miguel
SÃO MIGUEL	DOMINGO APÓS 29 DE SETEMBRO	VERMIL	São Mamede
SÃO MARTINHO	DOMINGO APÓS 11 DE NOVEMBRO	SÃO MARTINHO DE CANDOSO	São Martinho
SENHORA DA CONCEIÇÃO	8 DE DEZEMBRO	GUIMARÃES - AZURÉM	São Pedro
SANTA LUZIA	13 DE DEZEMBRO	GUIMARÃES – SÃO PAIO	São Paio
SANTA LUZIA	DOMINGO APÓS 13 DE DEZEMBRO	MOREIRA DE CÓNEGOS	São Paio
SENHOR DO PADRÃO	26 DE DEZEMBRO	GANDARELA	Divino Salvador

Todas as freguesias vimaranenses celebram as suas festas religiosas, mas nem todas podem ser consideradas romarias. Algumas, de menor dimensão espacial e populacional, são festas patronais, que não deixam de ter a sua importância integradora e interactiva para a comunidade. Por se tratar de uma manifestação colectiva local (que reúne a comunidade em torno de um projecto unificador), regional (que acolhe os crentes de aldeias e vilas próximas do local sagrado onde se celebra a romaria), e inter-regional (que atrai os devotos provenientes de concelhos e regiões limítrofes e até distantes), a importância da realização de um evento da dimensão de uma romaria é superior à de uma festa patronal, de cariz eminentemente local. Entre as festas tradicionais, se as celebrações patronais têm uma dimensão mais local e uma propriedade de servir como referente de identidade para os membros da comunidade que a celebra, nomeadamente nas festas locais da aldeia ou da paróquia, as celebrações romeiras, além de poderem ter também um carácter festivo para os habitantes da localidade onde se situa o espaço sagrado, estendem o raio de acção, atraindo romeiros de diferentes pontos mais ou menos distantes (consoante a dimensão local, regional, inter-regional, nacional ou até internacional da romaria), não apenas por razões de identidade, mas, sobretudo, para obter graças divinas, porque assumem-se como ideais para a convocação popular do sagrado.

No concelho de Guimarães, as romarias afirmam-se hoje, tal como no passado, como factores de promoção das freguesias ou dos lugares onde acontecem. Entre os vários interesses históricos e culturais do concelho de Guimarães, salientam-se as romarias como fenómenos de religiosidade popular que contam com muita adesão e participação dos romeiros (predominantemente rurais, mas também urbanos), visitantes e locais durante todo o ano.

Muitos devotos preparam a romagem com muitos dias de antecedência. Antigamente era costume sair das suas casas na véspera ou na madrugada do dia romeiro, caminhando a pé durante horas, mas hoje é frequente a ida através de excursões organizadas em autocarros. O programa, estudado de modo a enquadrar quer componentes sagrados quer profanos, pretende sempre servir de cartaz atractivo de todos os eventuais romeiros, não se afastando do que com frequência acontece no calendário ritual do concelho de Guimarães e da região do Minho. Em muitos casos, os preparativos começam com meses de antecedência, quando são formadas as comissões de festas destinadas a organizar os diversos actos religiosos e festivos a realizar.

As romarias estão associadas, por norma, a uma irmandade, uma modormia, uma confraria ou uma comissão de festas, estruturada segundo determinadas regras para a conservação do espaço sagrado, a angariação de verbas para a realização da festa, a decoração dos altares dos templos e dos andores da procissão, o fornecimento de equipamento técnico de som e a valência de música, “comes e bebes”, diversões populares e lançamento de fogo, organização da própria romaria que, no seu dia principal, conta com a presença dos membros da organização vestidos com opas na ajuda à gestão da romaria, que depois incorporam a procissão. Em dia de romaria, a alvorada festiva começa com o repique dos sinos da igreja paroquial da freguesia a anunciar a festa. Antes o mesmo já acontecera para informar o primeiro dia.

Nas romarias do concelho de Guimarães, a espectacularidade do fogo de artifício lançado é característico e definidor de uma cultura religiosa popular, assumindo-se como um dos principais atractivos dos dias festivos. As romarias afirmam-se, deste modo, como uma das mais ricas e vivas formas de tradição local, não só pelo papel que desempenham no tecido das interacções e participações sociais como pela diversidade de aspectos que apresentam.

Também a profusão das ornamentações luminosas de rua, vistosas pelo colorido dos enfeites e pela disposição arrumada, indiciam dias de festa romeira. Os actos festivos são, muitas vezes, preenchidos pelas diversas diversões musicais, por conta de cantores contratados, e acompanhadas, por vezes, por tendas e barracas de venda de petiscos, bebidas. As romarias podem ser ocasiões de feira. Mesmo quando essa feira não está presente, é sempre possível abancarem, nas imediações do recinto da romaria, tendas de doces e pão, fruta, flores, louça, artesanato local, brinquedos, roupa, calçado, quadros, recordações decorativas, música popular e os indispensáveis “comes e bebes”.

As romarias, principalmente as de maior dimensão, eram (e cremos que ainda são) acontecimentos regionais de grande vulto, raras “ocasiões de encontro das gentes de todas as áreas da respectiva província, que ali acorria para se mostrar e reavivar ou renovar conhecimentos, saber notícias de fora, entabular relações e negócios, estreitando os laços que faziam a sua unidade, e também para luzir e se divertir, na variedade dos seus fatos, de panos feitos nos teares familiares, dos seus cantares e danças, numa exibição que era ainda apenas o fluir do seu sentido natural na sua pura e espontânea razão de ser (Oliveira, 1984: 219). Nas romarias sempre marcaram presença os traços característicos das culturas locais (os costumes e os gostos, o folclore e o

artesanato, o traje e a alimentação, etc.), permitindo que se preservasse o que era genuíno e típico, mediante a transmissão pelo ensino e pela propaganda.

Nem todas as romarias incluem procissão. As que contam com este momento de religiosidade que extravasa as paredes dos templos, afirmam-se como as mais cumpridoras de uma tradição que nem sempre é concretizada por falta de acordo ou de esclarecimento por parte das comissões organizadoras. Afirmam-se também como as mais simbólicas e integradoras dos intervenientes na identidade local, com vestígios de uma outrora parada etnográfica de trajes típicos e com os fiéis a caminharem em orações e cânticos de louvor e honra do santo comemorado em determinado dia. O esplendor dos andores, traduzido pela cor da ornamentação floral e dos trajes envergados pelos pegadores, revela uma majestade e singularidade das procissões.

Nas sociedade contemporâneas, nomeadamente nas freguesias mais rurais do concelho de Guimarães, o globalizante desenvolvimento técnico não parece travar a vontade popular de levar a cabo as romarias, enquanto as mais singulares festas e as mais ricas exposições de costumes e crenças perpetuados pelas gentes de Guimarães. Em todas as romarias estão presentes crianças e jovens que recebem dos mais idosos o testemunho romeiro tradicional. Nas procissões, precisamente, muitas crianças desfilam trajadas de diversas figuras religiosas, enquanto demonstração de uma educação recebida para torná-las sociáveis pela via religiosa.

A rusticidade da romaria e as crenças e vontades populares tornam-se fenómenos sugestivos e ansiosamente desejados no calendário. Durante todo o ano, o calendário religioso é uma referência para o quotidiano das pessoas. Em dia de romaria convergem para o local multidões ansiosas quer dos espectáculos de entretenimento quer das celebrações litúrgicas. Não interessa questionar o que move mais a participação das pessoas, se o gosto pelo divertimento ou a vontade de devoção, mas salientar que as normalmente pacatas e peculiares freguesias vimaranenses oferecem aos locais, aos peregrinos romeiros ou aos simples visitantes uma efémera transformação que apenas promete repetir-se no próximo ano.

A referência ao calendário religioso, nomeadamente a devoção aos dias dos santos, é recorrente entre os populares, principalmente os mais idosos. Mischa Titiev salienta a utilidade em dividir todos os fenómenos religiosos em duas categorias distintas: os calendáricos e os de momentos difíceis. Os primeiros traduzem todas as

práticas baseadas numa crença no sobrenatural, que se realizam regularmente, com intervalos estabelecidos, independentemente de haver uma necessidade imediata de auxílio divino ou sobrenatural, considerando-se que trazem benefícios para todos os indivíduos de uma determinada comunidade que o organiza (Titiev, 2002: 307). Como exemplo de um rito calendárico, uma romaria tem de ser realizada numa determinada altura e a sua periodicidade é programada com antecedência. De acordo com Titiev, “as cerimónias calendáricas têm sempre uma ‘igreja’ e aproximam-se mais dos conceitos da religião há muito estabelecidos, do que dos conceitos da magia” (2002: 308). Por outro lado, os ritos de momentos críticos implicam apelos ao auxílio sobrenatural para superar uma dificuldade presente, sem se realizarem em intervalos preestabelecidos.

Não devemos pensar na superioridade de um destes ritos sobre o outro em virtude de se realizarem dependentemente ou não das necessidades do momento. Regulados por um calendário cerimonial litúrgico, os ritos calendáricos, como as romarias, não só fortalecem os laços de coesão que unem todos os membros de uma determinada comunidade ou sociedade como também contribuem para que esta mesma comunidade ou sociedade se adapte ao seu ambiente externo. Nesta perspectiva, temos exemplos de cerimoniais romeiros pautados por crenças e cultos que visam aumentar a provisão de víveres (Ronda da Lapinha), controlar o tempo atmosférico ou proteger contra determinadas calamidades naturais (Romaria de São Romão). Esta peculiar circunstância leva Titiev a sublinhar que “as actividades religiosas podem definir-se como meios não empíricos de atingir fins empíricos” (2002: 308).

Ao estudarmos as romarias do concelho de Guimarães, temos presente quer o ritual cerimonioso representativo de cada um dos fenómenos religiosos romeiros quer as recreações colectivas que afirmam o profano e a festa como elemento recreativo da religião. Segundo Durkheim, “a religião não seria ela própria se não concedesse algum lugar às livres combinações do pensamento e da actividade, ao jogo, à arte, a tudo o que recreia o espírito fatigado pelo que há de demasiado forçoso no labor quotidiano: as próprias causas que a chamaram à existência tornam isso uma necessidade” (2002: 388).

No entanto, um rito deixaria de o ser se apenas servisse para distrair, pelo que as forças morais que os símbolos religiosos exprimem são reais e, por conseguinte, devemos contar com elas e não podemos fazer delas o que bem nos aprouver (Durkheim, 2002: 389). Nesta perspectiva durkheimiana, “a própria ideia de uma cerimónia religiosa de certa importância desperta naturalmente a ideia de festa e, vice-

versa, qualquer festa, ainda quando puramente laica pelas suas origens, possui certos caracteres da cerimónia religiosa, porque, em todos os casos, tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, por vezes até mesmo de delírio, que não deixa de se aparentar ao estado religioso” (Durkheim, 2002: 389). De acordo com Durkheim, as festas populares levam a excessos (fazem perder de vista a fronteira que separa o lícito do ilícito) e há igualmente cerimónias religiosas que determinam, como que uma necessidade, a violação das regras mais respeitadas.

Uma romaria caracteriza-se, essencialmente, pela prática religiosa que consiste em visitar um espaço considerado sagrado com o intuito de honrar e adorar Deus, prestando culto mediante a simples oração de invocação e veneração, a acção de graças, a invocação do seu perdão, cumprir ou fazer uma promessa, penitenciar, etc. este tipo de acções e comportamentos religiosos podem ser exercidos de forma directa, se o espaço sagrado for dedicado à divindade, ou de forma indirecta, mediante a intercessão da Virgem ou dos santos, no caso do espaço (de uma aparição ou de imagem) estiver destinado a venerar as suas relíquias (Ferro, 1987: 99).

No concelho de Guimarães, entre as 35 romarias que apurámos, definimos, observámos, analisámos e registámos no presente estudo, 11 são consagradas ao culto de Nossa Senhora, 22 a um santo e 2 a Cristo.

A Virgem é invocada mediante 11 títulos diferentes¹, alguns relacionados com a localização ou a característica da geografia (da Oliveira, do Monte), outros relacionados com o sentimento de devoção ou de admiração (Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Conceição), outros ainda atinentes a um cariz histórico (Nossa Senhora da Madre Deus) e, por fim, outros mais escolhem como motivo para venerar a Virgem um acontecimento da sua vida, especializando a devoção e invocando uma determinada Virgem local como padroeira (Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora do Bom Despacho).

A invocação de Cristo traduz-se, frequentemente, em festas que podem ser relativas à sua crucificação, ao seu calvário ou à sua cruz, como no caso das festas do Sagrado Coração ou do Santíssimo Sacramento. Das 35 romarias apuradas, apenas duas fazem estas referências à crucificação: a Festa das Cruzes, em Santa Cristina de

¹ Na Romaria das Senhoras do Monte, em Santa Cristina de Cerzedelo, é invocada a Senhora do Monte, a Senhora da Guia e a Senhora da Lapa ou de Guadalupe.

Cerzedelo (no 1º domingo de Maio, depois do dia 3), e o Senhor do Padrão, em São Salvador de Gandarela (dia 26 de Dezembro).

3. PAGAMENTO DE PROMESSAS: RELAÇÃO CONTRACTUAL

Um dos factores de resistência das culturas tradicionais locais é o poder de interacção entre os seus elementos e a natureza das inter-relações sociais. A vida comunitária e interactiva, que temos sublinhado no presente estudo enquanto um dos factores que motivam e mobilizam os romeiros vimaranenses (e outros em visita ao concelho) em torno dos diversos fenómenos religiosos, pode ser compreendida pela análise antropológica de Marcel Mauss de determinadas culturas primitivas, sobre a perspectiva do simbólico e da dádiva no que é designado por um facto social total. Mauss refere o sistema do *Potlatch*, segundo o nome dado pelos indígenas do Canadá, enquanto prestações económicas e sociais totais, envolvendo toda a comunidade e baseando-se na dádiva, no recebimento e na retribuição de bens de valor simbólico e utilitário. Estas prestações, nas quais se participa voluntariamente, apresentam-se na forma de prendas (Mauss, 1988: 53).

Em algumas romarias do concelho de Guimarães ocorrem cerimónias de recolha de prendas que são, posteriormente, distribuídas entre os presentes e que funcionam também como propulsoras das relações sociais. A pertinência em referirmos o sistema do *Potlatch* prende-se com a particularidade de também as romarias serem fenómenos de inserção e interacção social, com valores simbólicos e práticas rituais, o que contribui para que sirvam de sistemas de sentido baseados em acordos explícitos entre os festeiros, os romeiros e os crentes em geral.

A estreita relação contratual que se estabelece entre a divindade e o crente torna “voluntariamente obrigatório” que o segundo proceda à oferenda de algo (uma esmola, uma missa, uma vela acesa, pagar o arranjo de flores do andor, etc.) ao primeiro “contratante”. O dom que o crente entrega a Deus, à Virgem ou aos santos em troca da concessão de um favor deve ter um cariz espontâneo, porque não se pode comprar a intercessão do santo em relação a Deus.

Desta forma, torna-se pertinente referir o sistema de interacção social total de Mauss e aplicá-lo à relação contratual de intercâmbio de dons entre as oferendas dos crentes e as benesses de Deus. Como sistema de interacção, o dom concedido pela

divindade deve ter sequência e levar o crente a retribuir com um acto penitencial ou uma oferenda, como dinheiro, jóias, círios que chegam aos 100 quilogramas (consoante o peso do promitente), produtos agrícolas ou até animais domésticos (que são vendidas em leilão e readquiridas, por norma, pelos iniciais proprietários que deixam, no seu lugar, a correspondente quantia em dinheiro, conforme é praticado na Ronda da Senhora da Lapinha). Caso contrário, o sistema de laços estaria condenado à ruptura, como adverte Mauss (1983: 161-164).

As oferecidas notas do andor de São Sebastião, na romaria em sua honra em São Miguel de Cerzedo, bem como as também oferecidas jóias e notas pregadas no manto da imagem da Senhora da Lapinha, que sai em andor também na romaria em sua homenagem em São Lourenço de Calvos, constituem exemplos da forma como os romeiros preferem exibir as suas oferendas em dinheiro e, simultaneamente, ornamentar com mais esplendor e exuberância os andores das figuras principais dos cortejos inseridos nas romarias. Exibição diferente, mas também relacionada com oferendas, está patente permanentemente nas paredes da designada “casa da cera”, anexa ao Santuário de São Torcato, na vila com o mesmo nome, preenchidas com dezenas de retratos de rosto dos irmãos de peditório (crentes que residem noutras freguesias, onde fazem peditórios para trazer para São Torcato)² e dos pagadores de promessas (devotos que oferecem quantias avultadas para que as suas fotografias figurem na parede).

Se considerarmos o sagrado como o elemento central e intrínseco dos fenómenos religiosos e se tomarmos a sua mediação como estabelecida pelo símbolo, este enquanto linguagem que permite cada um de nós entrar em contacto, compreender e comunicar com o sagrado, então, qualquer acto religioso tem, pelo menos, um significado e a sua importância advém do factor comunicativo. Mesmo que este significado seja simbólico, porque refere-se a seres ou valores transcendentais, existe uma componente religiosa no processo de significação e de comunicação.

Entre os fiéis e as divindades a quem se prestam cultos estabelece-se um tipo de relacionamento de natureza contratual. Os primeiros pedem à entidade sagrada que advogue em sua defesa perante o Divino, de modo a que obtenham a concessão de determinadas graças ou milagres, prometendo, em troca, o reconhecimento público dos

² A rede de cobertura geográfica dos irmãos de peditório é muito extensa, abarcando os concelhos de Braga, Porto e Viana do Castelo

favores através da romagem ao lugar santificado onde as divindades se manifestaram para, depois, procederem ao pagamento da promessa correspondente.

“O pagamento ou cumprimento de promessas é um dos aspectos mais importantes e sugestivos das romarias, que se articula no sentido religioso da festa. Elas constam fundamentalmente de ofertas ou da prática de certos actos, umas e outras com carácter ora comum ora específico. De entre as promessas comuns e de carácter geral, que mostram a mesma forma seja em que romaria for, indiferentemente da natureza do mal por que se pediu, e dirigindo-se indistintamente a qualquer santo, as mais correntes são as promessas de um certo número de voltas – em geral três – ao santuário, de joelhos, rezando, com o rosário ou a imagem nas mãos” (Oliveira, 1984: 222). A caminhada funciona como exercício ascético, como forma de penitência com o propósito de se entrar em contacto com o sagrado, o principal fim de uma romaria. Para tal, exigem-se sacrifícios, mediante os quais se consegue, segundo crêem os romeiros, a purificação face ao pecado original e ao eventual pecado pessoal. Por isso, ainda hoje é possível vermos, no segundo domingo de Setembro, alguns devotos subirem descalços a sinuosa e íngreme estrada que liga a cidade de Guimarães ao Santuário da Penha, num percurso de cerca de oito quilómetros conseguido a pé e, ocasionalmente, à chuva.

Também encontramos promessas de ex-votos. Tratam-se de oferendas feitas por voto e que se traduzem em objectos oferecidos com valor essencialmente probatório a uma entidade sobrenatural, em forma de agradecimento e testemunho público de uma graça recebida, resultante de uma súplica ou de um favor já concedido, por exemplo, jóias ou cordões de ouro, pequenos quadros representativos de cenas do milagre, as muletas de um ex-inválido, etc. Também é o caso de velas ou de peças em cera, frequentemente com determinada forma, tamanho, peso ou altura do doente ou promitente.

Se o sagrado pertence ao domínio humanamente inacessível do campo espiritual, divino, como é possível os devotos comunicarem com o sagrado? O sagrado revela-se através de sinais que o homem reconhece e crê serem manifestações divinas. As religiões monoteístas, como o cristianismo católico, estão devidamente fundamentadas pela revelação apropriada de Deus aos homens, cuja mensagem sagrada está registada na bíblia, livro onde encontram-se as verdades reveladas que permitem o encontro do homem com Deus.

No cristianismo católico temos, portanto, lugares, tempos, acções, orações ou palavras sagradas que ditam o modo do homem se relacionar com o sagrado. A experiência religiosa toma conhecimento do sagrado quando este se manifesta em pedras, penedos, montanhas ou fontes. Sem deixarem de ser o que são, no sentido natural ou profano, as coisas têm também um outro sentido para o religioso, na medida em que revelam o sagrado (os devotos acreditam que as coisas carregam consigo o sobrenatural). As coisas ou objectos sagrados não são venerados como coisas ou objectos enquanto tais, nas suas dimensões naturais ou profanas, mas como hierofanias que revelam sentidos sagrados ou qualquer outra coisa que não é a própria coisa ou objecto.

Para os devotos, os símbolos sagrados podem adquirir personalidade e envolverem-se de determinados sentimento piedosos. Personificação realçada também pelo luxo e elegância das indumentárias de determinadas imagens, como acontece com a Senhora da Oliveira, que possui vários mantos bordados a ouro, oferecidos pelo poder régio ao longo da história, e que vestem a imagem como se de uma verdadeira rainha se tratasse.

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos as romarias, principalmente as de reduzida dimensão, enquanto portadoras de uma identidade local, estamos a considerá-las manifestações colectivas que afirmam um determinado espaço, relacionando-o com certas crenças, e um determinado povo, associando-o ao mesmo espaço e às mesmas crenças. Além dessa tripla afirmação, entre um espaço, um povo e um conjunto de crenças, as romarias, como factores de integração e participação social, possibilitam a aplicação e o exercício de ritos de interacção, na medida em que toda a aldeia ou vila se reúne em torno de um projecto comunitário.

Evidente se torna que as romarias constituem privilegiadas formas de representação de determinados valores sociais. Mediante a exteriorização da fé individual numa manifestação colectiva, demonstram-se comportamentos religiosos que concordam com sentimentos difíceis de expressar de outro modo.

Como estruturante, a organização e a realização de um romaria subjaz a um sistema coerente de crenças representadas colectivamente por uma comunidade de

modo a exhibir-se, afirmar-se e a legitimar-se. Também por isso uma romaria é reveladora de uma determinada ideologia.

Por estes três últimos aspectos, as romarias assumem um estatuto primordial no palco quotidiano das sociedades contemporâneas e fundamentam-se como património simbólico e popular, mas intangível.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Durkheim, Émile (2002), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Oeiras: Celta;
- Ferro, Xosé Ramón Mariño (1987), *Las Romerías, Peregrinaciones y sus Símbolos*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia;
- Mauss, Marcel (1983), *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France;
- Mauss, Marcel (1988), *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70;
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1984), *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote;
- Reboredo, X. M. González (1999), «Festas cíclicas», in IGLESIAS, Francisco Rodríguez (ed.): *Galicia – Antropoloxía*. Tomo XXVII: *Relixión, Crenzas, Festas*. A Coruña: Hércules de Ediciones;
- Titiev, Mischa (2002), *Introdução à Antropologia Cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.